

riquezas naturais existentes no solo e subsolo dos seus territórios. Isto significa que os índios devem ser os únicos a poder usar e explorar as riquezas existentes em suas terras. A experiência já demonstrou que permitir a entrada de empresas, garimpeiros e mineradoras nas terras indígenas, para explorar as riquezas ali existentes, significa, inevitavelmente, conduzir os índios à destruição, além de ser um roubo descarado.

d - Reassentamento, em condições dignas e justas, dos posseiros pobres que se encontram em terras indígenas. Os índios não desejam resolver seus problemas às custas dos trabalhadores rurais pobres, que foram empurrados para as terras indígenas. Por isso, querem que os posseiros pobres sejam reassentados em condições decentes, que não os obriguem a invadir novamente os territórios indígenas.

Os índios não ignoram os problemas dos trabalhadores rurais. Porém estes problemas não podem ser "resolvidos" com a invasão de suas terras. E assim como os índios apóiam a luta dos trabalhadores rurais, estes também devem apoiar a luta dos índios, da mesma forma que os israelitas aliaram-se aos camponeses de Canaã.

e - Reconhecimento e respeito às organizações sociais e culturais dos povos indígenas, com seus projetos de futuro, além das garantias da plena cidadania.

Cada povo indígena tem formas próprias de organização, a partir das quais ele se relaciona com os demais povos, inclusive os não-índios. Os modos indígenas de organização devem ser reconhecidos, respeitados

e garantidos.

Além disso, os povos indígenas também se preocupam com seu futuro e com o futuro de suas gerações. É preciso que eles, assim como nós, tenham o direito de realizar estes projetos de futuro de acordo com sua própria vontade. Isto significa respeitar sua autonomia cultural.

Sem dúvida, em grande parte os projetos dos povos indígenas são diferentes dos nossos. Isto não quer dizer que sejam ruins. Afinal, antes de os europeus chegarem, em 1500, os índios já estavam vivendo aqui - e bem - há mais de 30 mil anos! Nestes milênios de adaptação ao meio ambiente, de aperfeiçoamento cultural, os índios aprenderam muitas coisas que a nossa ciência ainda nem suspeita. Na Amazônia, eles ainda têm muito a ensinar aos nossos cientistas. Portanto, defender estes povos e suas culturas significa preservar uma imensa riqueza de saber,

Mãe e filha Suruí (RO)
Foto: Marcos Santilli



não só para os brasileiros, como também para toda a humanidade.

Mas, dirá alguém, os índios não irão se adaptar um dia ao modo de vida dos brancos?

Esta adaptação, em alguns aspectos, inclusive já existe. Há várias comunidades indígenas, por exemplo, que usam trator. Mas não é isto que os torna menos índios, da mesma forma que o fato de um branco resolver usar um cocar de penas e caçar com arco e flecha, não o transforma num índio.

Não existem mais as mesmas condições ambientais em que os índios viviam, exceto, talvez, em algumas regiões da Amazônia. Isto obriga os índios a adotarem técnicas novas, que lhes permitam continuar sobrevivendo. Contudo, permanecem tão índios quanto seus antepassados.

Por outro lado, o modo de encarar estas novas técnicas, o papel que elas desempenham dentro da sociedade indígena é, em geral, bem diferente do nosso. Após quase 500 anos de sofrimento e opressão, os índios continuam fundamentalmente diferentes de nós. Isto é prova suficiente de que não se pode forçar a adaptação dos índios. A adaptação, quando existe, é parcial, e não atinge a essência do seu ser.

Esta resistência não é um fato para ser lamentado. Ao contrário, é uma das manifestações mais belas da criatividade do espírito humano, que ao longo da história constrói, para os diferentes povos, soluções distintas para sua vida e reprodução.

4 - Conclusão

As diferenças entre os povos, a pluralidade cultural, são uma das mais preciosas riquezas da humanidade. O Brasil, neste sentido, é um país abençoado, por contar, ainda, com 180 povos indígenas. É esta a grande riqueza que deve ser preservada para as futuras gerações de brasileiros, índios e não-índios. Por isso, a nova Constituição deve incluir todas as disposições necessárias para garantir esta riqueza. Os povos indígenas não são um problema, mas uma solução.

Isto não se conseguirá facilmente, pois sabemos que os latifundiários e os seus representantes no Congresso, continuam escravizando a terra e impedindo que os povos indígenas vivam segundo suas tradições.

As nações indígenas terão seus direitos assegurados na medida em que todos nós nos mobilizarmos, apoiando os legítimos representantes das classes populares e denunciando os seus inimigos.

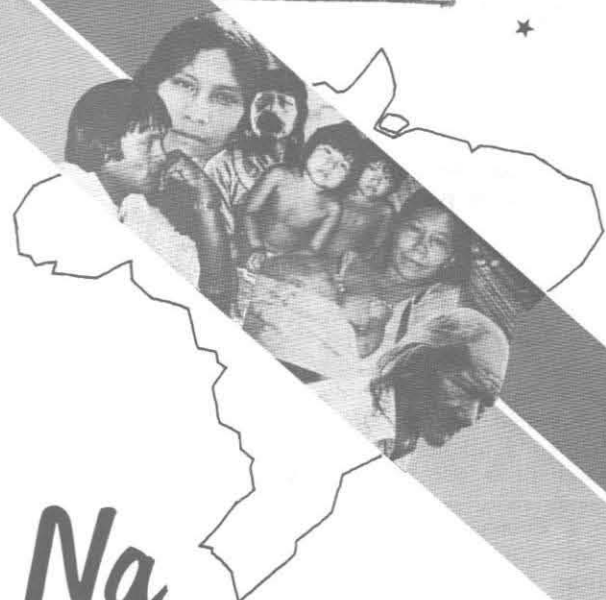
Se faltarmos a este compromisso, a História nos cobrará, assim como está cobrando das gerações passadas a responsabilidade deste grande genocídio que aconteceu em nosso País.

Ainda é possível que este ano seja um ano de graça para os índios, os lavradores, os sem-terra e os operários e que eles juntos libertem a terra da escravidão do latifúndio e o país de estruturas que o exploram. Ainda é possível que a aliança dos pequenos reestabeleça a paz no campo e na cidade, desejada por todos.

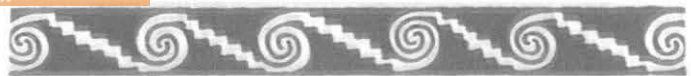
TEXTO-BASE

SEMANA DO ÍNDIO

CEDI - P. I. B.
DATA 10/03/87
J1500021



Na Constituição os Direitos dos Povos Indígenas



O Dia do Índio, 19 de abril, este ano, é, ao mesmo tempo, o nosso Domingo de Páscoa. Boa coincidência para lembrar aquela primeira Páscoa em que o povo de Deus iniciou a sua libertação, caminhando da terra da opressão (Egito) para a terra prometida (Canaã).

1 — A experiência de Israel e os povos indígenas

A libertação não foi nada fácil. O faraó não só escravizava e explorava os Israelitas, como também procurava controlar a sua "taxa de natalidade" através de abortos provocados e até do infanticídio, "para impedir que se multipliquem e, no caso de uma guerra, se unam com os nossos inimigos" (Ex 1,10). Mas também o próprio povo hebreu — por tantos anos privado do seu direito de agir livremente — ofereceu uma certa indiferença e até resistência à proposta de libertação. Moisés, na sua pedagogia de libertação, caminhando pelo deserto, tinha de defender a opção pela terra livre contra os sonhos enganadores das "panelas de carne" e os sacrifícios de uma longa marcha para Canaã contra a "dança em torno do bezerro de ouro" (Ex 16,3; Ex 32).

Na caminhada pedagógica da terra dos faraós para a terra prometida, o povo de Deus se deteve, por alguns meses, ao pé do monte Sinai, onde celebrou a sua libertação numa Aliança com Deus e ali estabeleceu também a base legal desta Aliança, a sua Cons-

tituição, inscrita nas tábuas da lei. Esta seria a sua Lei Maior na terra que ia receber como dom de Deus e que haveria, ao mesmo tempo, de conquistar das mãos de reis que a mantinham escravizada.

A libertação desta terra — que comumente chamamos a "conquista de Canaã" — foi possível, porque os Israelitas fizeram uma confederação com os camponeses empobrecidos ali residentes. Juntos depuseram os reis das cidades-estados que oprimiam o povo com pesados tributos. Por 200 anos, de 1200 a 1000 a.C., os Israelitas realizaram em Canaã uma convivência igualitária, onde o povo e seus líderes (Juizes) consideraram a terra como um dom de Deus e uma herança não alienável das famílias e dos clãs. Desigualdades que, por acaso, pudessem surgir — não pela venda da terra, mas pelo arrendamento dos seus frutos — seriam corrigidos através do ano jubilar, que era uma reforma agrária institucionalizada que ocorria a cada 50 anos. A este ano jubilar Jesus se refere na sinagoga de Nazaré, declarando-se enviado para



anunciar "a boa-nova aos pobres (. . .) e libertar os cativos" (Lc 4,18).

Estamos agora como os israelitas, ao pé do Sinai, para pensar a nossa Aliança com Deus e com os homens e para reformular a nossa Lei Maior, a Constituição, a fim de que seja uma boa notícia aos pobres e uma esperança para os povos indígenas.

2 — Uma história de morte e destruição

Neste ano de 1987, está sendo discutida e votada no Congresso Nacional uma nova Constituição para o Brasil. Este é um fato muito importante, porque a Constituição é a Lei Maior, a viga-mestra da organização social, política e econômica do País. Por isso, apesar de ser uma atividade delegada aos deputados federais e senadores, a discussão da nova Constituição interessa a todos. O povo deve se informar e ficar atento, para que a nova Constituição reflita as aspirações básicas dos brasileiros, e as grandes lutas democráticas que vem se travando no País, como a reforma agrária.

Para os índios que aqui vivem, a discussão da nova Constituição também é muito importante. Talvez esta se-

ja a chance para terminar a guerra que está sendo movida contra eles desde 1500.

Hoje, daqueles quase oito milhões de habitantes que viviam naquela época, sobrevivem apenas cerca de 230 mil índios. Das muitas centenas de povos, sobraram 180. Foi — e está sendo — uma verdadeira guerra, um genocídio contra os povos indígenas.

Infelizmente, esta guerra continua ainda hoje. As terras dos índios estão sendo invadidas, e mesmo aqueles direitos reconhecidos em lei são constantemente violados. Recentemente, por exemplo, o Governo começou a realizar um plano chamado "Projeto Calha Norte", que certamente destruirá grande parte dos povos indígenas que vivem na Amazônia. Tudo com o pretexto de realizar a "segurança e o desenvolvimento" da região. . .

3 — Os direitos dos povos indígenas na Constituição

Por isso, uma nova Constituição poderá ser importante para os índios. A esperança deles — e a nossa — é que a futura Carta Magna inclua seus direitos fundamentais, de modo que todos sejam obrigados a respeitá-los; se isto acontecer, a guerra estará mais próxima do final. Nós e os índios estaremos mais próximos da paz.

Quais são os direitos fundamentais para os índios?

O próprio movimento indígena, através da União das Nações Indígenas — UNI, está divulgando um "Programa Mínimo", contendo cinco pontos considerados básicos, e que deverão ser abordados na nova Constituição:

a — Reconhecimento dos direitos territoriais dos povos



indígenas, como primeiros habitantes do Brasil. A terra dos índios é o lugar onde vivem segundo sua cultura, onde estão enterrados seus antepassados, e onde têm as referências concretas da história de cada povo. É como se fosse a pátria dos índios.

Muitos ainda dizem que os índios têm terra demais. É bom lembrar que a terra que os índios deveriam ter é apenas uma parcela insignificante do que já tiveram um dia, e que lhes foi tomado à força. Além disso, os índios utilizam a terra segundo seus próprios padrões culturais, que são diferentes dos nossos. A vantagem dos padrões indígenas é que eles não destroem o meio-ambiente. Pensemos na Amazônia: enquanto ela foi habitada somente por índios, a natureza ficou preservada por séculos; a partir da colonização não-indígena, iniciou-se sua destruição. Há também quem diga que é necessário fazer produzir as terras indígenas, e que os índios não podem ser obstáculos ao progresso. A quem, contudo, tem beneficiado este "progresso"? Será que o chamado "desenvolvimento" atende às

necessidades do povo brasileiro?

Por isso, devemos lutar para que as terras indígenas sejam respeitadas. A nova Constituição precisa esclarecer que são os próprios índios que definirão seu território e estabelecerão mecanismos apropriados para a sua defesa.

b — Demarcação e garantia das terras indígenas. A demarcação das terras é necessária para fixar os limites dos territórios indígenas. Existe uma lei mandando o Governo fazer a demarcação de todas as terras indígenas, no prazo de cinco anos. Mas este prazo terminou em 1978, e não foi obedecido. Por este motivo é que esta obrigação deve passar para a Constituição.

Somente a demarcação não resolve. Existem muitas terras indígenas que, apesar de demarcadas, estão invadidas. É que é mais fácil invadir as terras indígenas do que invadir as fazendas dos poderosos. . . Como sempre, a corda arrebenta do lado mais fraco.

Assim, a Constituição deve incluir uma garantia efetiva de que as terras indígenas demarcadas serão respeitadas.

c — Usufruto exclusivo, pelos povos indígenas, das ri-



Criança Mýky (MT)
Foto: Elizabeth
R. Amarante